

APRESENTAÇÃO

PRESENTATION

DOSSIÊ: “GÊNERO E SEXUALIDADE: EROTISMO, SUBJETIVIDADE, TERRITÓRIO E DIREITO”

Paulo Victor Leite Lopes (UFRN)

Isadora Lins França (Unicamp)

Gustavo Blázquez (UNC)

Nas últimas décadas, ocorreram transformações importantes no campo do gênero e da sexualidade, no que diz respeito à emergência de novos sujeitos, categorias e direitos num terreno permeado por disputas e conflitos. A antropologia tem fornecido uma contribuição central para a compreensão desses processos, afirmando seu compromisso histórico com as populações cujos direitos e dignidade têm estado sob ataque por parte de diferentes atores sociais. O conhecimento produzido no âmbito dos estudos de gênero e da sexualidade tem também iluminado, de modo geral, processos de produção de diferenças e de desigualdades a partir da perspectiva de que gênero e sexualidade se articulam e constituem-se mutuamente com outras categorias tais como raça, classe social, geração, territorialidades, entre outras.

Neste dossiê, organizado por Paulo Victor Leite Lopes (UFRN), Isadora Lins França (Unicamp) e Gustavo Blázquez (UNC), são apresentadas contribuições que podem ser ordenadas em três eixos: o primeiro deles trata do tema da violência na intersecção com gênero e sexualidade, no qual se destaca a agência dos sujeitos em meio a cenários de violência; o segundo eixo é relativo às variadas estratégias de ação coletiva diante das desigualdades relacionadas a gênero e sexualidade, as ações frente aos Estados, em particular aquelas que buscam na arte um caminho de confrontação; por fim, o terceiro eixo apresenta uma diversidade de estratégias metodológicas e etnográficas para pensar corpo, erotismo, família e direitos, convidando a um debate sobre etnografia no campo de estudos de gênero e sexualidade. O dossiê traz contribuições sobre o contexto brasileiro, salvadorenho e argentino.

Inaugurando o dossiê, os três primeiros artigos trazem oportunas reflexões sobre o entrelaçamento de gênero, sexualidade e violência, revelando os agenciamentos elaborados pelas sujeitas/interlocutoras das pesquisas a partir dos três casos em análise apresentados por Natália Lago, Luiza Nasciutti e Paula Lacerda, e Isadora Freire. A opção de detalhar os casos numa estratégia de análise, vale destacar, é outro aspecto em comum entre esses textos. De maneira especial, a

configuração conformada pela combinação dessas reflexões aponta para as múltiplas formas como os sujeitos lidam com experiências diretas ou esperadas de violência; as que são contra eles mesmos, as que são contra pessoas próximas ou coletividades com as quais se identificam. Os textos sugerem oportunas interrogações e caminhos de interpretação acerca dos processos de singularização e coletivização de tais eventos.

Nessa direção, ao analisar a controvérsia estabelecida em torno da realização de revista íntima/vexatória em prisões paulistas, Natália Lago elabora interessante aproximação entre as fronteiras físicas das unidades prisionais e os corpos e objetos das visitantes “vasculhados”. Sua argumentação, elaborada a partir de densa etnografia envolvendo a atuação de familiares, organizações não governamentais e governamentais, não apenas revela as disputas narrativas e tensionamentos entre atores e atrizes engajados na regulação das visitas, mas apresenta a conformação de alianças que, em princípio, poderiam surpreender leitoras e leitores, a partir do acompanhamento dos discursos e táticas. Portanto, entre as oportunas contribuições desenvolvidas no artigo “O vício em humilhar: prisão, Estado e gênero em narrativas sobre a revista íntima/vexatória”, o modo como a autora explora as intersecções entre emoções, violências e processos de produção do Estado demonstram a potência da etnografia como forma de contribuir para uma reflexão mais ampla sobre as relações de poder e a elaboração de variadas formas de sujeição.

Em seu artigo, Luiza Nasciutti e Paula Lacerda partem dos relatos elaborados por uma liderança indígena que sofreu violência numa manifestação de rua. As autoras examinam, em um segundo momento, os dois caminhos por ela agenciados para (re) elaborar o evento inicialmente experimentado na chave do sofrimento: 1) a demanda à justiça, por meio de uma denúncia/ação cível contra seus agressores, resultando na conquista de uma indenização; e 2) a conexão com a espiritualidade mediada pela experiência de aprendizado e encontro de um coletivo ancestral e que teve como consequência a sua cura. Nesse sentido, a partir do entrelaçamento das três palavras que constam no título do artigo, “Violência, sofrimento e reparação: reflexões sobre efeitos de práticas de denúncia e de cura”, as autoras elaboram uma arguta contribuição a respeito das “formas de gestão da violência em sua dimensão cotidiana” que, como apontam, não se desenvolvem em concorrência ou de maneira excludente com as ações atreladas na relação com o Estado e os movimentos sociais, mas que podem se dar de maneira associada (ou complementar) àquelas.

Em “Um luto que dança: o festejar lésbico negro pela memória de Luana Barbosa”, Isadora Freire se debruça sobre os discursos e as práticas que se desenrolam a partir da organização e frequência em uma festa em São Paulo voltada às “sapatonas da quebrada”, a “Sarrada no Brejo”. Frequentada, sobretudo, por mulheres lésbicas, negras e periféricas, a festa aparece como uma combinação que envolve performance corporal

sexual e o estabelecimento de dois gêneros musicais (o funk e o pagode) como molas centrais do evento. A autora defende que a festa é capaz de produzir “um novo território para pensar e viver erotismos”. A referência ao luto, no título do artigo e no decorrer do texto, relaciona-se a outro aspecto fundamental da “Sarrada no Brejo”: aparece como um espaço para o compartilhamento da memória de Luana Barbosa, uma mulher lésbica, negra e periférica morta em consequência de lesbofobia, e, dessa maneira, experimentar o luto de maneira coletiva.

Um segundo eixo é constituído pelos artigos de Amaral Arévalo, María Daniela Brollo e Cecília Castro, que oferecem pistas para perceber as múltiplas formas em que se podem construir caminhos na luta por direitos, por reconhecimento e pela garantia da vida das pessoas LGBTQIA+, assim como os autores lançam luz sobre as distintas maneiras que coletivos políticos e os feminismos estabelecem relações com e no Estado.

¿Puede un Estado ser justo? ¿Puede una nación ser inclusiva? Estas perguntas, que atravessam toda a Modernidade, voltam a ecoar no texto de Amaral Arévalo: “*Ad Hominem: Justicia y alteridades sexuales en El Salvador*”. Ao examinar dezoito processos submetidos à *Sala de lo Constitucional de El Salvador*, entre 2002 a 2022, o autor observa como essas peças jurídicas, examinadas em um Estado latino-americano, conectam direitos fundamentais com temáticas referentes à orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Em sua leitura dos documentos, é possível vislumbrar algo do perverso funcionamento das engrenagens judiciais da “hétero-nação”, conceito elaborado por Ochy Curiel e recuperado por Acevedo em sua análise. No interior dessa hétero-nação, como modelo que exclui as diversidades sexo-genéricas, o autor identifica que as pessoas LGBTQIA+ procuram conquistar alguma forma de inclusão a partir dos chamados direitos antidiscriminatórios. No entanto, os argumentos acionados, na maior parte das vezes, não são ouvidos, ou, ainda pior, esses sujeitos são responsabilizados pelas violências que sofrem. Abominável. *Ad hominem*.

O trabalho de María Daniela Brollo, “*Llevar el arte drag a la calle. Performances artísticas, espacios y desplazamientos en la ciudad de Córdoba (Argentina)*” nos apresenta outros modos de existir e resistir em meio à hostilidade e à (ameaça de) morte. Aqui o caminho para enfrentar o estado cishétronormativo das coisas não é a batalha judicial, mas a arte. Não se trata, no entanto, dos dispositivos e objetos que alimentam o mercado da arte contemporânea ou o “bom gosto”. Seu relato se debruça sobre o desenvolvimento da arte drag nos últimos quarenta anos em Córdoba, na Argentina, evidenciando a sua expansão e multiplicidade. Nesse sentido, destaca-se como a autora demonstra como mudanças estilísticas se combinam com os territórios e tempos em que a arte drag se desenvolve, evidenciando a conquista de novos espaços para criação/apresentação. O artigo chama a atenção para

as formas de fazer Estado em relação com os coletivos LGBTQIA+ e como esses coletivos interagem com o Estado. Nessa direção, Brollo, recuperando uma categoria êmica importante em seu campo de pesquisa, sugere que a noção de escândalo, como arte e política, pode proporcionar interessantes reflexões e caminhos para pensarmos, em um tom mais dissidente, o Direito e os direitos.

Em “*Mujeres y disidencias cumpliendo roles de producción y técnicos en eventos musicales*”, Cecilia Castro nos mostra outras dinâmicas do trabalho artístico em Córdoba. O artigo analisa as formas de organização de mulheres e pessoas LGBTQIA+ que tornam possível a produção de festivais musicais autogeridos, como o GRL PWR. Ao investigar como as mulheres se tornam público ou artistas desses eventos, a autora se detém em uma dimensão praticamente ignorada no campo dos estudos musicais. A preocupação de Castro com o trabalho feminino nas áreas técnicas e da produção, áreas historicamente reservadas aos homens (cis)heterossexuais, a levou a participar etnograficamente dos cursos de formação organizados pelo festival GRL PWR em associação com redes de mulheres e dissidências. Muitas dessas alianças realizadas sob a administração estatal buscavam transformar as relações de poder entre homens e mulheres, gerando condições para que um conjunto de novas gerações pudessem aumentar a sua presença nesses espaços como produtoras, técnicas de som, iluminadoras e stage managers. Essas transformações, de acordo com a leitura de Castro, responderam à emergência do imperativo performativo de empoderamento e à criação de redes que possibilitaram a capacitação profissional e a conformação de uma cena musical mais equitativa e transfeminista.

Concluindo o dossiê, os artigos de Arthur Leonardo Costa Novo, Wilson Rogério Penteadó Jr., Paula Esteves Pinto e Isabelle Chagas percorrem de formas mais clássicas de realização da pesquisa de campo até experiências de investigação que se dão nos domínios do *online* e da autoetnografia. São exemplos do lugar privilegiado atribuído ao trabalho de campo na literatura antropológica voltada aos temas relacionados a gênero e sexualidade, pautada por uma escrita etnográfica que se constrói a partir dos diálogos com interlocutores e da experiência situada da pessoa que realiza a pesquisa, e que demonstra seus rendimentos para pensar corpo, erotismo, família e direitos.

O texto de Arthur Leonardo Costa Novo, “Em clínico geral já me estressei, imagina no ginecologista: perspectivas etnográficas sobre saúde sexual de homens trans”, aborda as experiências de cuidado em saúde sexual vividas por homens trans a partir de pesquisa de cunho etnográfico que explora redes do ativismo trans brasileiro. No artigo, a análise recai sobre as experiências de dois jovens com relacionamentos afetivo-sexuais “transcentrados”, contexto de identidades e práticas sexuais que tendem a frustrar as expectativas da literatura médica sobre aquelas que seriam próprias a homens trans “legítimos”. O texto

ressalta as dificuldades encontradas por esses sujeitos particularmente para o atendimento ginecológico, especialmente quando esse tipo de atendimento não estava disponível nos ambulatórios relacionados ao Processo Transexualizador do SUS. Como um dos resultados, o artigo sugere a maior atuação de médicos ginecologistas nesses serviços, bem como propõe que se avance na direção de garantir atendimento de saúde adequado para essa população no âmbito mais geral do Sistema Único de Saúde.

O artigo de Wilson Rogério Penteadó Jr., “Famílias homoafetivas e a adoção conjunta - especificidades e enfrentamentos”, versa sobre a situação de famílias homoafetivas que optaram pela adoção conjunta de crianças ou adolescentes. O texto apoia-se na netnografia como método de pesquisa, com a observação sistemática de um grupo online com a participação de diversas famílias e a realização de entrevistas por aplicativo de mensagens instantâneas com cinco famílias que se tornaram interlocutoras mais próximas do pesquisador. Do ponto de vista metodológico, o artigo apresenta uma reflexão que permite compreender as potencialidades e limites da estratégia metodológica utilizada: se as entrevistas permitiram conhecer melhor as famílias, particularmente em termos de marcadores, como raça e classe social, a observação das conversas cotidianas no grupo permitiu observar dissensos e diferentes valores. O texto explora os desafios enfrentados pelas famílias e o modo como pais e mães lidam com situações de não reconhecimento da sua parentalidade, ao mesmo tempo em que explora questões relacionadas à relação com filhos e filhas e o próprio tornar-se pai/mãe.

O artigo de Paula Esteves Pinto, “*Mind the Gap*: moralidades e questões de gênero em sexualidades dissidentes”, aborda práticas e dinâmicas do BDSM a partir da posição de insider, lançando mão da autoetnografia como recurso metodológico, o que permite à autora compreender a produção de identidades fetichistas e convenções a respeito do que é legítimo ou não, num amplo rol de práticas e desejos. A autora também lançou mão de trabalho de campo online, não necessariamente por investimento numa netnografia, mas por ocasião da pandemia de Covid-19, combinado à participação em festas presenciais quando já não havia mais protocolos de isolamento. Seu texto é escrito em primeira pessoa, trazendo muito das suas experiências numa comunidade fetichista mediadas pela literatura socioantropológica. O texto traz suas próprias surpresas e espantos diante do encontro com uma comunidade com regras, convenções, hierarquias e moralidades que frustravam sua expectativa de deparar-se com um “espaço libertário para a fruição de prazeres”.

O artigo de Isabelle Chagas, “E eu não sou uma novinha? Fronteiras e confusões de um corpus em pesquisa”, traz uma contribuição à discussão metodológica sobre posicionalidades no trabalho de campo,

apresentando uma reflexão sobre como seu corpo é significado por interlocutoras de sua pesquisa em uma ocupação urbana de Belo Horizonte. Também questiona sobre como as interlocutoras a percebem e como percebem os demais corpos. Empregando as categorias nativas de estragar, acabar (com) e preservar o corpo, tensionadas pela figura da novinha, a autora experimenta uma escrita etnográfica capaz de produzir saberes encarnados e situados, nos seus termos, inspirados pela teoria feminista e pela produção antropológica brasileira mais contemporânea.

Diante do exposto, consideramos que os artigos deste dossiê não só trazem contribuições relevantes em si, como peças individuais, mas acreditamos que a configuração que se forma a partir da combinação entre eles mostra a força dos estudos de gênero e sexualidade para a antropologia. Por fim, registramos nosso agradecimento à *Vivência: Revista de Antropologia* pelo acolhimento da nossa proposta e pelos encaminhamentos administrativos e operacionais que viabilizaram a sua publicação.

Boa leitura a todas, todes e todos!